

INICIATIVAS COOPERATIVISTAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA BRASILEIRO E SEUS EFEITOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Thiago Chagas de Almeida
Universidade Federal de Viçosa
thiagoc-almeida@hotmail.com

Magnus Luiz Emmendoerfer
Universidade Federal de Viçosa
magnus@ufv.br

RESUMO

Este artigo objetiva mapear iniciativas cooperativistas de Turismo de Base Comunitária (TBC) brasileiras e verificar seus possíveis efeitos para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). A coleta dos dados envolveu uma pesquisa bibliográfica e a aplicação de um *survey*. Já interpretação dos dados se deu por estatísticas descritivas e pela técnica análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que muitas iniciativas cooperativistas de TBC têm sido estudadas e identificadas no Brasil, tendo a pesquisa mapeado 103 casos, em todas as regiões do país. Além disso, verificou-se que o TBC pode gerar efeitos para o DLS, por meio de processos colaborativos e cocriativos que conduzem a práticas endógeno-sustentáveis associadas a fatores: ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, este trabalho contribui para identificar empreendimentos cooperativistas de TBC em âmbito nacional e avançar no entendimento das implicações deles para o DLS, que é um assunto que precisa ser mais explorado pela literatura.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Local Sustentável; Cooperativismo; Colaboração; Cocriação.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 1 – Erradicar a pobreza; ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico; ODS 10 – Reduzir as desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis.

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se caracteriza por modos de gestão que cooperativamente buscam o protagonismo, renda e fortalecimento comunitário através da realização de atividades de visitação (Arratia, Castrejón, Ruíz & Barquín, 2022; Mielke & Pegas, 2013). Isso ocorre por uma proposta colaborativa e criativa de gestão coletiva do turismo para o alcance dos objetivos comuns da comunidade (Albuquerque, Nascimento & Nóbrega, 2023; Arratia *et al.*, 2022; Emmendoerfer, Moraes & Fraga, 2016). Portanto, pode-se dizer que o TBC reproduz princípios do cooperativismo (Masotti, 2023).

De modo geral, o cooperativismo é um movimento, sistema ou doutrina que acredita e prega uma economia associada à distribuição de renda, com conservação do meio ambiente e melhora efetiva da qualidade de vida das pessoas (Hartung, 2005; Pinho, 1966), indo além da mera geração de lucro individual. De acordo com Berlanda, Bordignon, Clein e Reis (2021), o cooperativismo preza pela participação e equidade entre membros que atuam em uma organização com impactos econômicos.

Segundo Zawiślak (2020), o cooperativismo tem se voltado a resolver problemas sociais em nível local e estimular o desenvolvimento sustentável. O TBC contempla essa proposta local sustentável do cooperativismo por valorizar a cultura de povos tradicionais, ser uma alternativa de sustento para a comunidade e preservar os recursos ambientais do local (Almeida & Emmendoerfer, 2023). Considerando toda essa articulação, os empreendimentos de TBC serão compreendidos neste trabalho como iniciativas cooperativistas.

A partir disso, busca-se analisar as potencialidades dessas iniciativas para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). O DLS pode ser entendido como uma abordagem desenvolvimentista que visa, por um processo endógeno (baseado nas necessidades e recursos da localidade), qualificar as condições de vida das pessoas equilibrando dimensões territoriais essenciais, como a econômica, social e ambiental (Almeida & Emmendoerfer, 2023).

O processo do DLS tem se mostrado pertinente por entender que, para melhorar a qualidade de vida das pessoas de modo equilibrado, é importante considerar a cultura da população de um lugar (Olivera, García, Sánchez, & Velasco, 2020), bem como suas demandas, potencialidades e interesses (Sant'ana, Bento & Pereira, 2022; Verschoore, Prisco & Monticelli, 2023). Assim, ele faz com que benefícios socioterritoriais que não seriam possíveis em um determinado contexto, passe a ser.

Apesar das iniciativas cooperativistas de TBC terem fundamentos articulados ao DLS, a literatura ainda carece discutir mais como essa relação se estabelece (Almeida & Emmendoerfer, 2023), principalmente no Brasil, que não tem instrumentos consolidados que permitem descrever e localizar geograficamente essas iniciativas. Com base nisso, **este artigo objetiva mapear iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras e verificar seus possíveis efeitos para o DLS.**

Para a coleta dos dados, realizou-se: uma pesquisa bibliográfica nas bases de periódicos *Scopus*, *Spell* e *Web of Science*, direcionada aos estudos sobre casos nacionais de iniciativas de TBC; e a aplicação de um *survey*, que teve como público-alvo pessoas que trabalham com TBC no Brasil. A interpretação dos dados se deu por estatísticas descritivas e pela técnica análise de conteúdo do tipo temática.

Assim, esta pesquisa contribui para identificar cooperativistas de TBC no território nacional que têm sido utilizadas como referências para estudos, trazendo um panorama geral descritivo e indicando onde elas se encontram. Por mais que isso não se caracterize como um censo ou tão pouco represente “todas as cooperativas de TBC brasileiras”, é pertinente por ser dos poucos trabalhos que faz um mapeamento desses empreendimentos comunitários em âmbito nacional. Além disso, este artigo avança na compreensão dos benefícios que o TBC pode gerar ao DLS, tendo em vista que esse é um tema que precisa ser mais aprofundado (Almeida & Emmendoerfer, 2023).

2 INICIATIVAS COOPERATIVISTAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

As primeiras práticas de TBC foram identificadas em comunidades rurais latino-americanas, por volta da década de 1980 (Maldonado, 2009). Segundo Pinheiro (2016), o TBC surge e foi se constituindo ao longo dos anos como uma forma de gestão do turismo alternativa e socialmente mais responsável, comparada a modelos convencionais massificados – que desconsideram os modos de vida, recursos e interesses de comunidades, sobretudo as compostas por povos tradicionais.

Isso acontece porque o TBC visa o protagonismo comunitário através da autogestão do turismo (Lima, Irving & Oliveira, 2022). Ressalta-se que a ideia de autogestão no TBC não deve ser entendida como um esforço isolado e individual de quem o realiza, mas como algo cooperativo, associativo e horizontalizado entre os atores que compõe uma comunidade (Forero, 2022), não se limitando a papéis subalternos que ocupariam em muitos empreendimentos turísticos massificados.

Mesmo que nem todo empreendimento turístico comunitário seja gerido por diversas pessoas, eles interagem colaborativamente com outros empreendimentos e atores da comunidade em prol de objetivos comuns (Arratia *et al.*, 2022). Com isso, diversas ideias passam a ser pensadas coletivamente, por meio de processos cocriativos, que consideram a cultura e recursos da comunidade ao desenvolver as atividades de visitação (Albuquerque *et al.*, 2023; Emmendoerfer *et al.*, 2016).

Portanto, o TBC ocorre mediante relações cooperativistas que resultam benefícios comuns (Masotti, 2023). Por meio dele, a comunidade passa a enxergar o oferecimento de atividades de visitação como um importante caminho para gerar renda e fortalecer a sua identidade cultural (Torres-Toukoumidis, Marín-Gutiérrez & Hinojosa-Becerra, 2022).

Ao partir da concepção que o TBC se manifesta por iniciativas cooperativistas, deve-se discorrer sobre a definição de cooperativismo. Os conceitos de cooperativismo são bem vastos. Como características mais gerais, indica-se que ele é um movimento, sistema ou doutrina que defende uma economia pautada na colaboração de pessoas que

têm interesses comuns, congregando a solidariedade e justiça social (Hartung, 2005; Pinho, 1966). Tal movimento se baseia em diversos princípios, como os mencionados pela Alianza Cooperativa Internacional: adesão voluntária e aberta; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas; e interesse pela comunidade (Alianza Cooperativa Internacional, 2024).

O cooperativismo também traz como elementos importantes a participação e equidade de membros que atuam em arranjos sociais com impactos econômicos (Berlanda *et al.*, 2021). Nesse sentido, ele origina as cooperativas, que são organizações que institucionalmente se baseiam nos seus fundamentos (Hartung, 2005). Já as iniciativas cooperativistas – terminologia adotada neste trabalho para remeter às manifestações do TBC – são organizações que não necessariamente se autodenominam ou têm um reconhecimento jurídico/institucional de cooperativas, mas que reproduzem as propostas basilares do cooperativismo.

Segundo Berlanda *et al.* (2021), Castilla-Polo e Sánchez-Hernández (2020) e Sucupira e Freitas (2011), iniciativas cooperativistas são mecanismos que favorecem o desenvolvimento sustentável do local, por proporcionar um ambiente interativo em que, através de atividades participativas, faz com que interesses e esforços coletivos endógenos sejam estabelecidos. No caso das voltadas ao TBC, os benefícios ao DLS podem ser ainda maiores, por suas práticas ajudarem no equilíbrio das dimensões cultural, econômica, social, ambiental e política do território (Almeida & Emmendoerfer, 2023). No tópico seguinte, será apresentado os principais atributos que caracterizam o DLS e como pode ocorrer sua promoção por meio de iniciativas cooperativistas.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUAS DIMENSÕES ASSOCIADAS AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Por muitos anos os conceitos de desenvolvimento sustentável – que passou a ser disseminado principalmente após o Relatório de Brundtland de 1987, documento que apresentou sua primeira definição mais amplamente aceita – desconsideravam as peculiaridades do território (Fernández, Calatayud, Pena & Urquiza, 2019). Isso foi mudando a partir dos anos de 1990 (Fernández *et al.*, 2019), quando diversos estudos passaram a compreender que, para melhorar a qualidade de vida das pessoas de forma duradoura e equilibrada (baseando-se nos preceitos do desenvolvimento sustentável), era necessário se ater à cultura, potencialidades e demandas do território que está sendo desenvolvido (Olivera *et al.*, 2020).

Nesse contexto, emerge a ideia de DLS, que seria uma abordagem desenvolvimentista que se fundamenta nos recursos tangíveis e intangíveis do local (Sant’ana *et al.*, 2022; Verschoore *et al.*, 2023). Segundo Fernández *et al.* (2019), essa abordagem também suscita o entendimento de que o desenvolvimento sustentável não deve ser pensado apenas “para” a população de um território, mas também “com” ela, através de instrumentos participativos para identificação dos seus problemas e capacidades.

Dessa forma, além de se caracterizar como um tipo de desenvolvimento sustentável, o DLS também se situa como um desenvolvimento territorial, não em um sentido de escala restrita (micro), mas de natureza (Tenório, 2012). Isso porque, o DLS é constituído de relações socioterritoriais que, mesmo recebendo influências e gerando efeitos para além do território que está sendo proposto o desenvolvimento, priorizam e reverberam os atributos singulares dele, ou seja, que representam a sua natureza local. Vale ressaltar que o recorte do que está sendo considerado como local é bem relativo (podendo ser um bairro, município, estado, país, etc.), devendo apenas destacar os elementos peculiares do território (Kronemberger & Costa, 2016).

As dimensões territoriais a serem equilibradas no processo do DLS variam de acordo com o enfoque do estudo, sendo as mais utilizadas a ambiental, social e economia

(Nurwidyaningrum, Kusnoputranto, Moersidik & Masfuri, 2022). Esse trabalho utiliza como referência as mencionadas por Almeida e Emmendoerfer (2023), por elas indicarem a articulação entre o TBC e o DLS: ambiental/ecológica; cultural; econômica; política; e social. A Tabela 1 abaixo descreve brevemente cada uma delas.

Tabela 1 – Principais dimensões do DLS articuladas ao TBC

| Dimensão | Descrição |
|---------------------|--|
| Ambiental/Ecológica | Refere-se à preservação e conservação dos recursos naturais locais |
| Cultural | Trata-se da valorização da cultura local |
| Econômica | É a geração de renda para a população local |
| Política | Acontece pelo poder e protagonismo decisório da população local |
| Social | Ocorre pela geração de bem-estar para a sociedade, fundamentando-se na equidade e redução da desigualdade socioterritorial |

Fonte: Ajustada de Almeida e Emmendoerfer (2023).

Observa-se que as dimensões da Tabela 1 têm um caráter endógeno, que se baseia nos recursos e necessidades do local. Também é cabível ressaltar que elas podem ser enxergadas por uma perspectiva idealista, acreditando que mesmo que não possam ser efetivadas simultaneamente e plenamente, são importantes para orientar boas práticas a serem realizadas para o processo do DLS.

Nesse sentido, pode-se definir o DLS como: um processo endógeno que busca qualificar as condições de vida humana pelo equilíbrio de dimensões territoriais essenciais – a exemplo (mas não exclusivamente) da ambiental, cultural, econômica, política e a social (Almeida & Emmendoerfer, 2023).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se tipifica como descritiva, por ter a pretensão de estudar as características de um grupo social e também verificar associações dele com um determinado fenômeno (Gil, 2007). Realizou-se isso por meio da descrição geral das iniciativas cooperativistas do TBC, incluindo a sua localização nacionalmente e os seus efeitos para o fenômeno do DLS. Como abordagem, esta pesquisa é considerada quanti-quali, que ocorre por meio da complementação entre dados e análise numéricas mais amplas (quantitativa) e uma investigação contextual, detalhada e subjetiva (qualitativa) (Schneider, Fugii & Corazza, 2017).

A coleta dos dados se desmembrou em duas técnicas: pesquisa bibliográfica (por uma abordagem quantitativa), que é uma investigação que utiliza como fonte de dados a literatura preexistente (Gil, 2007); e *survey* (por uma abordagem qualitativa), que é um levantamento de dados que aplica formulários direcionados a um público-alvo, visando coletar informações descritivas do assunto estudado (Fowler Júnior, 2011). A pesquisa bibliográfica foi voltada ao mapeamento de iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras, mesmo que indiretamente também pudesse identificar considerações que indiquem os efeitos do TBC para o DLS. Ela ocorreu nos portais de periódicos *Spell*, *Scopus* e *Web of Science*, que são bases renomadas e que têm trabalhos acadêmicos articulados à temática investigada.

A pesquisa bibliográfica se direcionou aos resumos, títulos e palavras-chave de trabalhos com dados abertos dessas bases. Os termos de pesquisa utilizados foram testados previamente, visando captar amplamente estudos sobre casos nacionais de iniciativas de TBC. Após a fase de testagem, os termos de pesquisa foram definidos, visando captar estudos tanto na língua portuguesa como na inglesa. A Tabela 2 a seguir apresenta o número de trabalhos encontrados em cada base por termos de pesquisa¹.

¹ Destaca-se que alguns trabalhos foram encontrados repetidamente em bases distintas.

Tabela 2 – Número de trabalhos encontrados por termos de pesquisa e bases

| Termos de pesquisa | Bases de Periódicos | | |
|---|---------------------|---------------|-----------------------|
| | <i>Spell</i> | <i>Scopus</i> | <i>Web of Science</i> |
| “turismo de base comunitária” e “Brasil” ou “brasileiro” “brasileira” ou “brasileiros” ou “brasileiras” | 14 | 2 | 0 |
| “community-based tourism” and “Brazil” or “Brazilian” or “Brazilians” | 8 | 28 | 43 |
| “community-based tourism”, country/territory: <i>Brazil</i> | - | 35 | 34 |
| “turismo de base comunitária” e o nome de cada estado brasileiro | 45 | 2 | 0 |
| “community-based tourism” e o nome de cada estado brasileiro | 26 | 17 | 44 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A pesquisa bibliográfica ocorreu entre os dias 01/02/2024 e 13/02/2024. Durante essa etapa, os resumos de todos os trabalhos foram lidos, verificando se os estudos abordavam algum caso de TBC. Os trabalhos que tratavam de determinado(s) caso(s) de TBC (seja a partir da localidade, comunidade ou do próprio empreendimento) foram consultados na íntegra para identificar a localização da iniciativa cooperativista de TBC. A organização dos dados ocorreu através do *software Microsoft Excel*.

A análise dos dados do mapeamento ocorreu por uma abordagem quantitativa através estatísticas descritivas, indicando a frequência de iniciativas cooperativistas de

TBC em cada estado brasileiro. Além disso, indicou-se quais iniciativas foram mais estudadas por trabalhos indexados nas bases (*Spell*, *Scopus* e *Web of Science*).

Já o *survey*, buscou verificar dos efeitos das iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras, tendo como respondentes pessoas que trabalham com o TBC no Brasil. Ele foi compartilhado de forma *online*, em mais de 200 endereços de e-mail e redes-sociais de pessoas e instituições que atuam com o TBC nacionalmente, em um processo de bola de neve – em que respondentes compartilham a pesquisa com outros potenciais respondentes que têm contato (Vinuto, 2014).

O compartilhamento e coleta dos dados do *survey* ocorreu de 01/09/2023 a 31/10/2023, por meio do *software Google Forms*. Foram obtidas 11 respostas, de 8 estados diferentes (Amazonas 1, Ceará 1; Maranhão 3; Sergipe 1; Mato Grosso do Sul 1; Minas Gerais 1; Rio de Janeiro 1; e Rio Grande do Sul 1), de todas as 5 regiões do Brasil (Norte 1; Nordeste 5; Centro-Oeste 1; Sudeste 2; e Sul 1). O formulário do *survey* consta no Apêndice I deste artigo.

A análise dos dados do *survey* foi qualitativa, a partir da técnica análise de conteúdo do tipo temática, que identifica dos dados os núcleos de sentido relevantes para os objetivos da pesquisa (Bardin, 2018). Os núcleos de sentido foram organizados por considerações categóricas (oriundas das respostas do formulário), que representam os efeitos das iniciativas cooperativistas do TBC para o DLS.

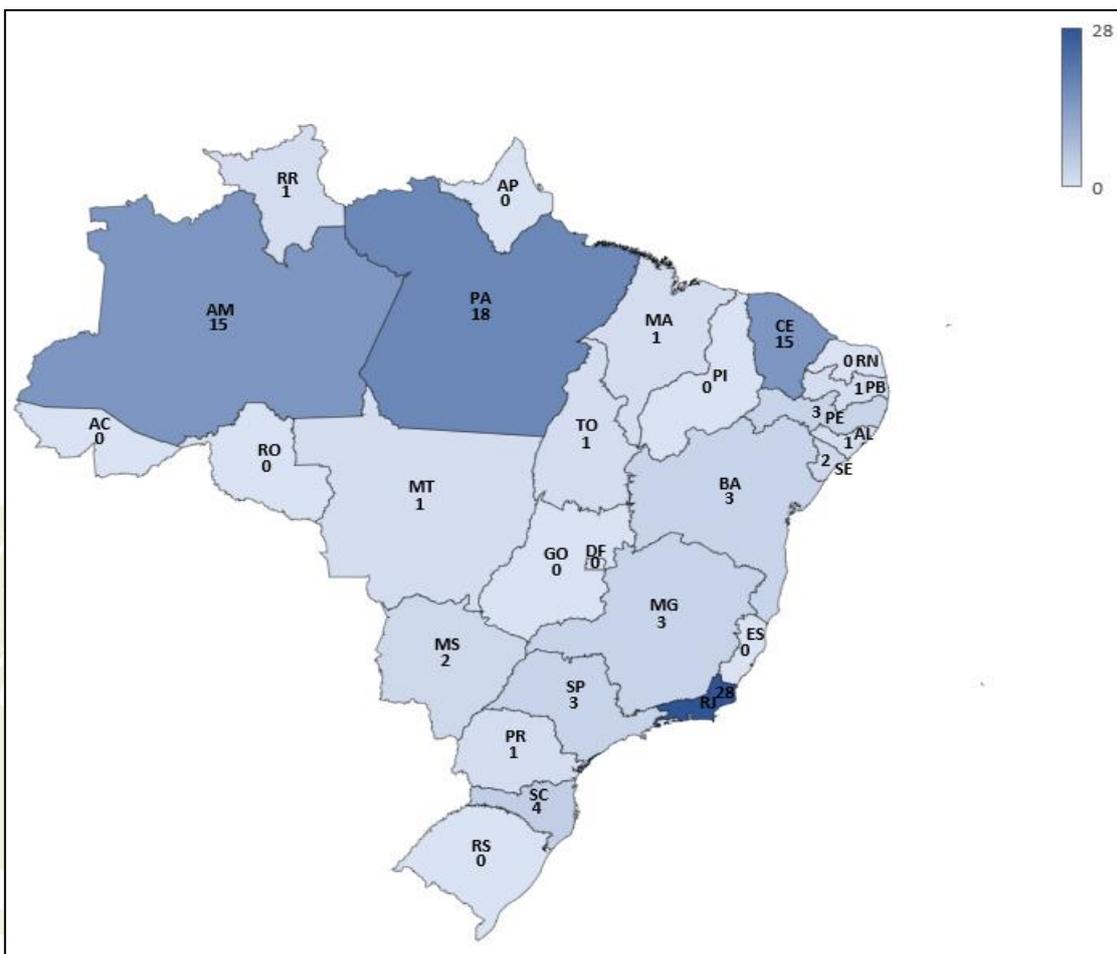
5 RESULTADOS

Os resultados deste trabalho são divididos em duas partes apresentadas nos subtópicos a seguir. A primeira, refere-se ao mapeamento de iniciativas cooperativista brasileira, que ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica de artigos indexados nas bases *Spell*, *Scopus* e *Web of Science*. Já a segunda, são os possíveis efeitos delas para o DLS, fruto da análise das respostas de um *survey* direcionado a pessoas que realizam práticas de TBC no Brasil.

5.1 Mapeamento de Iniciativas Cooperativistas de Turismo de Base Comunitária Brasileiras

Durante a pesquisa bibliográfica foram identificadas 103 iniciativas cooperativistas de TBC em todas as cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). As iniciativas cooperativistas de TBC foram identificadas pelo nome da localidade, comunidade ou do próprio empreendimento, aglutinando as que foram apresentadas por nomes um pouco diferentes, mas que se referiram ao mesmo caso. Dessa forma, foi elaborada a Figura 1 abaixo, que mostra o número iniciativas cooperativistas de TBC em cada estado brasileiro.

Figura 1 - Mapeamento iniciativas cooperativistas de TBC nos estados brasileiros



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Figura 1 indica, o Estado do Rio de Janeiro foi o com mais iniciativas identificadas, 28, seguido de: Pará, com 18; Amazonas e Ceará, com 15; Santa Catarina, com 4; Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, com 3; Mato Grosso do Sul e Sergipe, com 2; e Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Roraima e Tocantins, com 1. No Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rondônia, não foram identificados casos estudados sobre o tema.

É importante destacar que esta pesquisa não se caracteriza como um censo de iniciativas cooperativistas, mas indica os casos de TBC que foram estudados por trabalhos indexados nas bases analisadas. Alguns trabalhos trataram, inclusive, de diferentes iniciativas de TBC simultaneamente. Além disso, houveram iniciativas estudadas e identificadas por mais de um trabalho. Portanto, a unidade de observação são as iniciativas, não os trabalhos. As iniciativas que foram estudadas por 3 ou mais estudos constam na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras mais estudadas

| Iniciativas | Município/UF onde a iniciativa se localiza | Trabalhos que a estudou/identificou | Nº de trabalhos que a estudou/identificou |
|------------------------|--|---|---|
| Prainha do Canto Verde | Beberibe/CE | Moraes, Guerra, Mendonça e Fenerich (2024); Urano e Nóbrega (2020); Irving e Mendonça (2004); Rosa, Tur e Andreu (2017a); Burgos e Mertens (2017); Rosa, Tur e Andreu (2017b); Andreu, Tur e Rosa (2017); Helmsing e Fonseca (2011); Moraes, Irving, Pedro e Oliveira (2020); Bartholo, Delamaro e Bursztyn (2008); Burgos e Mertens (2015); Fabrino, | 14 |

| Iniciativas | Município/UF onde a iniciativa se localiza | Trabalhos que a estudou/identificou | Nº de trabalhos que a estudou/identificou |
|-------------------------|--|---|---|
| | | Nascimento e Costa (2016); Santos, Lima e Silva (2018); Barros e Araújo (2016) | |
| Ponta Grossa | Icapuí/CE | Urano e Nóbrega (2020); Moraes <i>et al.</i> (2020); Gómez, Falcão, Cherem e Silva (2016); Fabrino <i>et al.</i> (2016) | 4 |
| Jenipapo-Kanindé | Aquiraz/CE | Urano e Nóbrega (2020); Moraes <i>et al.</i> (2020); Gómez <i>et al.</i> (2016) | 3 |
| Currau Velho | Acaraú/CE | Oliveira e Cardoso (2021); Moraes <i>et al.</i> (2020); Loureiro e Gorayeb (2013) | 3 |
| Pousada Uacari Mamirauá | Tefé/AM | Lebrão <i>et al.</i> (2021); Figueiredo (2022); Barros-Freire e Neiman (2019) | 3 |
| Anã | Santarém/PA | Figueiredo (2022); Assis e Peixoto (2019); Barreto e Tavares (2016). | 3 |
| Santa Marta | Rio de Janeiro/RJ | Angelini (2020); Mano, Mayer e Fratucci (2017); Rompu (2018) | 3 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da Tabela 3, é possível observar que, isoladamente, a iniciativa de TBC mais estudada pelos trabalhos indexados nas bases *Spell*, *Scopus* e *Web of Science* foi a Prainha do canto Verde, que fica no município de Beberibe no estado do Ceará. Segundo Barros e Araújo (2016), Andrés, Burgos e Mertens (2015), Irving e Mendonça (2004) e Santos *et al.* (2018), o TBC dessa comunidade se destaca por ser estabelecido por uma consolidada rede de cooperação, composta por atores comunitários mobilizados a fortalecer seus vínculos territoriais pelo turismo.

As outras 96 iniciativas que não constam na Tabela 3, foram estudadas por 2 ou 1 artigo das bases analisadas. No subtópico seguinte, serão discutidos os potenciais das iniciativas de TBC brasileiras para o DLS, com base nas respostas do *survey*. Ressalta-se que nem todas as iniciativas identificadas pelo *survey* foram evidenciadas também no mapeamento da pesquisa bibliográfica, o que indica que muitos empreendimentos de TBC nacionais ainda não foram estudados por artigos científicos.

5.2 Possíveis Efeitos de Iniciativas Cooperativistas de Turismo de Base Comunitária Brasileiras para o Desenvolvimento Local Sustentável

Os possíveis efeitos das iniciativas cooperativista de TBC brasileiras para o desenvolvimento sustentável se basearam nas 11 respostas do *survey*, que teve uma abordagem qualitativa, considerando as peculiaridades de cada caso e buscando conexões entre eles face ao objeto de estudo. A Tabela 4 abaixo apresenta dados descritivos dos respondentes, sobre: o seu gênero; a sua idade; o número de pessoas que trabalham na iniciativa de TBC (incluindo ele/a); o nome da(s) iniciativa(s) que participa (que pode ser o da comunidade, localidade ou empreendimento); e o município e sigla do estado (UF) que a iniciativa de TBC se encontra.

Tabela 4 - Dados descritivos dos respondentes do *survey*

| Código do respondente | Gênero | Idade | Nº de pessoas que trabalham na iniciativa de TBC | Nome da Iniciativa | Município/UF |
|-----------------------|-----------|-------|--|---|--------------|
| R1 | Masculino | 69 | 4 | Acuruí | Itabirito/MG |
| R2 | Masculino | 66 | 1 | Comunidade Quilombola Boa Sorte | Corguinho/MS |
| R3 | Masculino | 42 | 50 | Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá | Uarini/AM |

| Código do respondente | Gênero | Idade | Nº de pessoas que trabalham na iniciativa de TBC | Nome da Iniciativa | Município/UF |
|-----------------------|-----------|-------|--|--|---|
| R4 | Masculino | 46 | 6 | Paraty Mirim | Paraty/RJ |
| R5 | Feminino | 57 | 6 | Betânia; Travosa; Satuba; Bar da Hora, Mandacaru Atins; Praia do Tatu | Santo Amaro do Maranhão/MA; Barreirinhas/MA; Paulino Neves/MA |
| R6 | Masculino | 49 | 10 | Quilombo do Cumbe | Aracati/CE |
| R7 | Feminino | 40 | 18 | Rede Anfitriões Litoral do Paraná | Guaratuba/PR; Paranaguá/PR; Guaraqueçaba/PR |
| R8 | Feminino | 43 | 15 | Assentamento Moacir Wanderley | Nossa Senhora do Socorro/SE |
| R9 | Feminino | 42 | 3 | Sapiranga | Sapiranga/RS |
| R10 | Feminino | 57 | 7 | Bar da Hora; Atins; Mandacaru; Ponta do Mangue; Santo Inácio; Satuba; Buritizal; Betânia; Travosa | Barreirinhas/MA; Santo Amaro do Maranhão/MA |
| R11 | Masculino | 43 | 25 | Bar da Hora | Barreirinhas/MA |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a Tabela 4, os respondentes foram integrados por seis homens e cinco mulheres, de 40 a 69 anos. Alguns deles participam de iniciativa(s) de TBC que envolve mais de uma comunidade, localidade ou empreendimento –sendo o caso de R5, R7 e R10. Além disso, há respondente de iniciativa de TBC composta apenas por ele mesmo e outro de uma iniciativa com 50 pessoas. Isso mostra um pouco da grande diversidade das

iniciativas cooperativistas de TBC, que foram evidenciadas em todas as cinco regiões do Brasil.

Portanto, quando se analisa os efeitos do TBC para o DLS, é sempre importante ponderar o contexto do caso estudado. Esta parte da pesquisa se caracteriza como qualitativa por considerar a necessidade de contextualização. A partir das particularidades de cada iniciativa do *survey*, o presente estudo também buscou identificar elementos mais comuns, que representam os possíveis efeitos do TBC para o DLS, especialmente em relação as suas dimensões ambiental, cultural, econômica, política e social. Dessa forma, diferente da análise estatística descritiva feita no subtópico anterior, o relevante não é a frequência ou o número de vezes que algo foi evidenciado, mas o que a categoria identificada pode revelar para o objeto de estudo.

No que tange à **dimensão ambiental**, verificou-se que as iniciativas de TBC têm realizado ações para a conservação dos recursos naturais locais por práticas colaborativas. O R1, por exemplo, indicou que seu empreendimento atua na “preservação das matas e recuperação de áreas degradadas”, através de um esforço e mobilização coletiva que envolve diversos atores comunitários. O R2, R9 e R11 disseram, assim como o R1, que realizam como atividade ambiental a proteção da vegetação nativa.

Já o R3, R4 e R6 relataram que fazem a limpeza de afluentes, tendo o R3 também usado energia renovável (solar) em seu empreendimento. Os respondentes R5, R7, R8 e R10 também afirmaram realizar ações ambientais para o DLS, com práticas como: pesca sustentável; agroecologia; coleta seletiva; e organização de rodas de conversas sobre a importância do turismo responsável. Dessa forma, verificou-se como um possível efeito das iniciativas de TBC brasileiras para o DLS, a promoção da sua dimensão ambiental por um processo colaborativo.

Referente à **dimensão cultural**, o R1, R3 e R9 responderam que suas iniciativas de TBC contribuem para reprodução das tradições locais, por meio da elaboração de pratos típicos, apresentações de lugares e artefatos históricos, participação em festas religiosas que representam a cultura da região, etc. De acordo com estes respondentes,

tais práticas são pensadas e organizadas coletivamente com as pessoas envolvidas na iniciativa.

Os respondentes R6, R8 e R9 destacaram como atividade cultural a realização de festas tradicionais, tendo indicado respectivamente: o “Bloco do Cumbe, festa do mangue e dia do quilombo”; os “Festejos juninos”; e a “Festa do pescador”. O R4 e R11 ressaltaram a propagação dos modos de vida caiçaras e do manuseio da pesca artesanal, sendo exercidos e mantidos por relações cooperativas.

Os respondentes R2, R5 e R10, não indicaram ações das suas iniciativas no âmbito cultural do DLS. Apesar de nem todos os empreendimentos de TBC terem relatados implicações endógenas-culturais, constatou-se que elas são bem possíveis de ocorrer e podem ser indicadas como oriundas dos seus princípios e modo de gestão.

A respeito da **dimensão econômica**, todas as pessoas indicaram que realizam alguma atividade que gera renda e movimentação o mercado local. Elas também mencionaram, por meio de diversos segmentos, que tais atividades ocorrem por trocas e parcerias ganha-ganha. O R3, R6 e R9, relataram que suas iniciativas obtêm ganhos financeiros pela comercialização de artesanatos.

Já a produção e venda de alimentos (*in natura* ou beneficiado), foram observadas nas respostas de R1, R2, R5, R6, R8, R9 e R10. O oferecimento de hospedagens e guiamientos também foram citados por R1, R5, R6 e R7. Os respondentes R4 e R7, mostraram que realizam outras atividades econômicas mais específicas, envolvendo respectivamente a manutenção do local e a criação de um fundo comunitário para empréstimo financeiro.

Percebe-se, portanto, que os empreendimentos costumam atuar em diferentes segmentos econômicos, a exemplo do R6, que relatou realizar serviços de “aluguéis de casas, alimentação, venda de artesanato e etc.”. As relações cooperativas também se mostraram importantes para a consolidação e crescimento dos benefícios econômicos que o TBC pode promover localmente.

Na **dimensão política**, o respondente R1 indicou que sua iniciativa contribui para o DLS por criar um “grupo de governança da Rota Turística Jaguará”, voltado a elaborar

coletivamente um projeto de roteirização de destinos turísticos. R3, R5 e R8 também mencionaram que suas iniciativas fortalecem o protagonismo político da comunidade pela criação e manutenção de espaços de discussão e deliberação coletiva.

Segundo o R9, o seu empreendimento de TBC proporcionou acesso a colegiados de políticas públicas, que no caso foram os conselhos municipais do meio ambiente, rural, e de turismo. A interação da iniciativa de R11 com o poder público também ocorre, só que por meio da elaboração comunitária de cartas de compromisso, que são entregues a candidatos e representantes da prefeitura. Já R4 disse que o fortalecimento político ocorre quando a sua comunidade se une para lutar em prol dos seus objetivos.

O respondente R6 destacou uma implicação de empoderamento decisório comunitário mais específica, que ocorreria através do seu protagonismo na gestão de eventos turísticos. Os demais respondentes, R2, R7 e R10, não descreveram contribuições políticas das suas respectivas iniciativas de TBC. Contudo, a partir das outras respostas, foi possível observar que cooperativas de TBC podem estimular esse atributo do DLS.

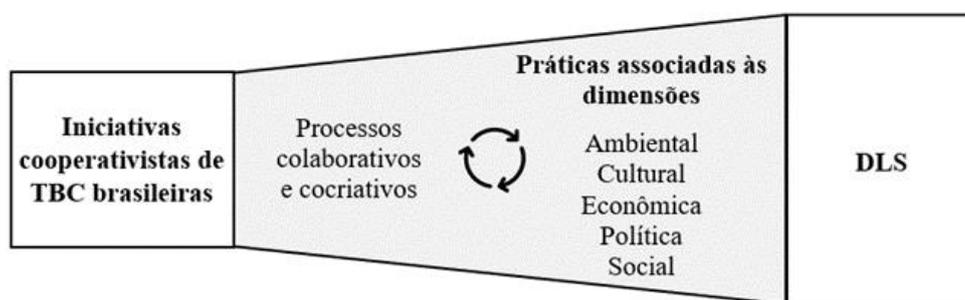
A última analisada foi a **dimensão social**, que é o impacto ao bem-estar da população local. Nesse sentido, o R9 apontou que sua iniciativa ajuda nessa dimensão por aumentar o sentimento de satisfação e “pertencimento das pessoas na localidade”, pela capacidade do TBC de intensificar os laços identitários socioterritoriais.

R4, R5 e R10 relataram que realizam ações voltadas a oferecer entretenimento e diversão à população local e isso influenciaria no seu bem-estar. Também houveram respostas associadas à característica do TBC de capacitar pessoas (pelo conhecimento que suas experiências proporcionam) e consequentemente, realizar benefícios sociais – como foi o caso de R3 e R8.

Além disso, foram indicados efeitos ao fator social do DLS pelo TBC proporcionar oportunidades de trabalho, renda e dignidade para agente comunitários, através das respostas de R1, R3 e R11. R2, R6 e R7 não mencionaram práticas ou medidas relacionadas a essa dimensão. De todo modo, ficou evidente a capacidade das iniciativas cooperativistas do TBC de proporcionar bem-estar para a população local.

Visando sintetizar os resultados apresentados neste subtópico, elaborou-se a Figura 2, que representa os possíveis efeitos das iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras para o DLS:

Figura 2 - Possíveis efeitos das iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras para o DLS



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 2 mostra que as cooperativas de TBC brasileiras podem gerar implicações associadas ao DLS pela realização de práticas endógenas, associadas às suas dimensões ambiental, cultural, econômica, política e social. Tais práticas ocorreriam por processos cooperativos colaborativos e cocriativos, que envolvem a interação de diferentes atores comunitários para discutir, criar ações e tomar decisões coletivamente. Portanto, os possíveis efeitos das iniciativas cooperativistas de TBC brasileiras para o DLS são simbolizados no centro da Figura 2 (na parte cinza).

Ressalta-se, que a Figura 2 não deve ser vista como uma estrutura analítica que contempla todas as iniciativas de TBC brasileiras, até porque vai depender de cada contexto e do modo de gestão específico dela. Mas indica, a partir dos casos no Brasil estudados, que os arranjos cooperativos de TBC existentes podem contribuir para o DLS – aliando-se à consideração de alguns trabalhos selecionados na pesquisa bibliográfica, como: Betti e Denardin (2019), Ferreira (2014), Freire e Ferreira (2015), Oliveira e Cardoso (2021), Oppliger e Oliveira (2022), e Rosa, Rosa e Nassar (2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo mostrou que muitas iniciativas cooperativistas de TBC têm sido identificadas no Brasil, tendo a pesquisa bibliográfica mapeado 103 casos, em todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Os quatro estados com mais casos analisados foram Rio de Janeiro (28), Pará (18); Amazonas (15) e Ceará (15). Além disso, concluiu-se que cooperativas de TBC podem gerar efeitos para o DLS por meio de processos colaborativos e cocriativos que conduzem a práticas endógeno-sustentáveis associadas a fatores ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais.

Apesar desses importantes apontamentos, deve-se ressaltar que este trabalho não se propôs nem fez um “censo” das práticas do TBC nacionais, muito menos esgotou possibilidades de mapeamento – tendo se restringido a consultar estudos de caso em três renomadas bases de periódicos (*Spell*, *Scopus* e *Web of Science*). Por conta disso, sugere-se que pesquisas futuras façam mapeamentos de iniciativas cooperativistas de TBC por outras técnicas de coleta de dados, ampliando a capacidade de identificar esses empreendimentos.

Outra limitação a ser indicada, é que por mais que o *survey* tenha captado características específicas de cada caso e percebido conexões entre elas, esse procedimento metodológico não permitiu um maior detalhamento de questões contextuais. Nesse sentido, acredita-se que também seria pertinente a realização de estudos qualitativos com mais profundidade, talvez por meio de entrevistas, observações ou demais técnicas qualitativas para investigações *in loco*.

Mesmo que este trabalho, como qualquer outro, tenha suas limitações, ele traz contribuições práticas e teóricas significativas. A pesquisa avançou na identificação de iniciativas cooperativistas brasileiras, com dados descritivos sobre a localização delas e dos estudos que estão sendo realizados sobre o tema. Isso é fundamental para mobilizar investigações subsequentes, principalmente por não existir muitos relatórios técnicos e acadêmicos com um mapeamento do TBC em âmbito nacional.

Do ponto de vista teórico, o presente estudo é importante para entender e discutir as implicações de cooperativas do TBC para o DLS, o que segundo Almeida &

Emmendoerfer (2023) é um assunto que precisa ser mais explorado pela literatura. Ademais, considera-se que a compreensão de práticas que podem mobilizar o DLS é essencial para que países periféricos como o Brasil consigam reduzir relações de dependência tecnológica e econômica de modo responsável e criativo – a partir da sua própria cultura e recursos.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, M. C. B., Nascimento, F. G., & Nóbrega, W. R. M. (2023). Dialogando com os conceitos de Turismo de Base Comunitária e Turismo Criativo. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 11(1), 298-319.

Alianza Cooperativa Internacional. (2024). *Identidad cooperativa: nuestros principios y valores*. Recuperado de <https://ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>

Almeida, T. C., & Luiz Emmendoerfer, M. L. (2022). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 1-21.

Andreu, H. G., Tur, A. A., & Rosa, F. J. U. (2017). Is Community Based Tourism viable in the long run? Lessons learnt from the case of Prainha do Canto Verde (Brazil). *Gazeta de Antropología*, 33(1), 1-14.

Angelini, A. (2020). A Favela That Yields Fruit: Community-Based Tour Guides as Brokers in the Political Economy of Cultural Difference. *Space and Culture*, 23(1), 15-33.

Arratía, E. M., Palmas Castrejón, Y. D., Ruíz, A. E. J., & Barquín, R. C. S. (2022). Cooperativismo como una herramienta para el turismo de base comunitaria. La respuesta desde la literatura. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20(1), 195-208.

Assis, G. C., & Peixoto, R. C. D. (2019). O turismo é uma dádiva? Uma “etnografia das trocas” e a oferta da experiência “chamada” Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(2), 144-160.

Bardin, L. (2018). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barreto, E. O., & Tavares, M. G. C. (2016). Estado e terceiro setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da comunidade ribeirinha Anã no município de Santarém-PA. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 211-231.

Barros, A. S., & Araújo, E. F. (2016). Impactos socioeconômicos na implantação dos meios de hospedagem na Prainha do Canto Verde/Beberibe (CE). *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 10(1), 33-54.

- Barros-Freire, J. M., & Neiman, Z. (2019). Definition of the legal model of management of Pousada Uacari, at RDS Mamirauá (Tefé – AM): search of minimizing conflicts between participating social actors. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 9(1), 87-118.
- Bartholo, R., Delamaro, M., & Bursztyn, I. (2008). Tourism for whom?: different paths to development and alternative experiments in Brazil. *Latin American Perspectives*, 35(3), 103-119.
- Berlanda, N., Bordignon, K. B., Clein, C., & Reis, G. M. (2021). Cooperativismo e desenvolvimento local. In R. J. Oliveira (Org.), *Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar* (pp. 180-195). Guarujá: Editora Científica Digital.
- Betti, P., Denardin, V. F. (2019). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(1), 1-15.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2015). A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. *Caderno Virtual de Turismo*, 15(1), 81-98.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2017). Participatory management of community-based tourism: a network perspective. *Community Development*, 48(2), 546-565.
- Castilla-Polo, F., & Sánchez-Hernández M. I. (2020). Cooperatives and Sustainable Development: A Multilevel Approach Based on Intangible Assets. *Sustainability*, 12(10), 1-14.
- Emmendoerfer, M. L., Moraes, W. V., & Fraga, B. O. (2016). Turismo Criativo e Turismo de Base Comunitária: congruências e peculiaridades. *El periplo sustentable*, (31), 1-18.
- Fabrino, N. H., Nascimento, E. P., & Costa, H. A. (2016). Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual do Turismo*, 16(3), 172-190.
- Fernández, R. L., Calatayud, M. M., Pena, R. M., & Urquiza, D. E. P. (2019). Epistemological foundations that sustain a research in environmental education for sustainable local development, in the province of El Oro. *Conrado*, 15(67), 282-287.
- Ferreira, H. C. H. (2014). Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro-Ilha Grande/RJ. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(2), 361-379.
- Figueiredo, S. L. (2022). Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. *Confins*, 54, 1-16.
- Forero, J. A. M. (2022). Community-based tourism, rural development, and socio-ecology: Case of study Asoproam, Bogotá, Colombia. *Ateliê Geográfico*, 16(2), 66–85.
- Fowler Júnior, F. J. (2011). *Pesquisa de Levantamento*. Porto Alegre: Penso.
- Freire, L. S., & Ferreira, H. C. H. (2015). O Turismo de Base Comunitária como Alternativa de Desenvolvimento Local: o caso de Curuçá – Pará. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(3), 36-44.
- Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. (2007). São Paulo: Atlas.

Gómez, C. P., Falcão, M. C., Cherem, L., Silva, T. N. (2016). A participação da comunidade no turismo de base comunitária: um estudo de múltiplos casos. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 263-279.

Hartung, A. P. (2005). *O cooperativismo ao alcance de todos*. Florianópolis: OCESC/SESCOOP/SC.

Helmsing, A., & Fonseca, P. E. (2011). La economía política institucional del desarrollo local: dos cuentos de turismo en Brasil. *EURE*, 37(110), 31-57.

Irving, M. A., & Mendonça, T. C. M. (2004). Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, 4(2), 12-22.

Kronemberger, D., & Costa, V. G. (2016). Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In A. H. Figueiredo (Org.), *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI* (pp. 359-392). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Lebrão, C., Rosa, L. M. V., Paim, F. P., Nassar, P. M., Bizri, H. R., & Silva, F. E. (2021). Community-Based Ecotourism and Primate Watching as a Conservation Tool in the Amazon Rainforest. *International Journal of Primatology*, 42, 523-527.

Lima, M. A. G., Irving, M. A., & Oliveira, E. (2022). Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, 1-15.

Loureiro, C. V., & Gorayeb, A. (2014). O Turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da Comunidade de Curral Velho, Acaraú-CE-Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 1(1), 1-17.

Maldonado, C. O. (2009). Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In R. BARTHOLO, D. G. SANSOLO, & I. BURSZTYN (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Mano, A. D., Mayer, V. F., & Fratucci, A. C. (2017). Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 11(3), 413-435.

Masotti, D. R. A relação entre a gestão do turismo de base comunitária e a economia solidária. (2023). *Revista Eletrônica Anima Terra, Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC*, 8(16), 46-60.

Mielke, E. C., & Pelgas, F. V. (2013). Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. *Revista Turismo em Análise*, 24(1), 170-189, 2013.

Moraes, E. A., Guerra, M. F., Mendonça, T. C. M., & Fenerich, G. N. (2024). Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. *Turismo: Visão e Ação*, 26, 1-19.

Moraes, E. A., Irving, M. A., Pedro, R. M. L. R., & Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, 145-168.

Nurwidyaningrum, D., Kusnoputranto, H., Moersidik, S. S., & Masfuri. (2022). A human dimension model for the urban vertical housing sustainability through indoor air quality. *Planning Malaysia*, 20(21), 110-121.

Oliveira, M. S., & Cardoso, G. C. C. (2021). Tourism of community base as an instrument for local development and social innovation: a case study in the extreme Coast West of Ceará, Northeast Brazil. *Innovation and Entrepreneurial Opportunities in Community Tourism*, 18, 72-89.

Olivera, M. C., García, K. A. M., Sánchez, L. A. M., & Velasco, A. E. M. (2020). Relación entre la gestión pública y el desarrollo local sustentable de las ciudades de Oaxaca, 2000-2017. *Revista iberoamericana de estudios municipales*, (22), 155-187.

Oppliger, E. A., & Oliveira, A. K. M. (2022). Tourism as an economic possibility for the sustainable development of the quilombola community of Furnas dos Baianos, Aquidauana, Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18(2), 84-97.

Pinheiro, R. C. S. (2016). Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, 10(19), 146-165.

Pinho, D. B. (1966). *Que é cooperativismo*. Cuiabá: Buriti.

Rompu, P. V. (2019). El turismo como herramienta: rehumanizando las favelas de la Zona Sur de Río de Janeiro a través de narrativas de turismo comunitario. *Apuntes*, 46(85), 79-113.

Rosa, F. J. U., Tur, A. A., & Andreu, H. G. (2017a). Community-Based Tourism and Political Communitarianism in Prainha do Canto Verde, Brazil. *Latin American Perspectives*, 46(4), 210-229.

Rosa, F. J. U., Tur, A. A., & Andreu, H. G. (2017b). Community-Based Tourism and the Political Instrumentalization of the Concept of Community. A New Theoretical Approach and an Ethnographical Case Study in Northeastern Brazil. *Anthropos*, 112(2), 467-486.

Rosa, P. C., Rosa, L. M. V., & Nassar, P. M. (2020). Turismo indígena, protagonismo e desenvolvimento local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM. *Revista Turismo em Análise*, 31(2), 381-399.

Sant'ana, L. C. F., Bento, L. S., & Pereira, D. C. (2022). Desenvolvimento Local e Sustentável: uma realidade possível e necessária. *Studies in Environmental and Animal Sciences*, 3(1), 37-51.

Santos, M. N. L., Lima, L. B. B. M., & Silva, Q. P. (2018). Turismo de Base Comunitária e Educação: Práticas e Possibilidades na Prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará. *Rosa dos Ventos*, 10(4), 834-848.

Schneider, E. M., Fujii, R. A. X., & Corazza, M. J. (2017). Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(9), 569-584.

Sucupira, G., & Freitas, A. (2011). Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. *REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA*, 6(1), 23-40.

Tenório, F. G. (2012). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Torres-Toukoumidis, A., Marín-Gutiérrez, I., & Hinojosa-Becerra, M. (2022). Ancestral Rituals Heritage as Community-Based Tourism—Case of the Ecuadorian Andes. *Sustainability*, 14(19), 1-15.

Urano, D. G., & Nóbrega, W. R. M. (2020). Turismo de base comunitária e redes: análise das relações de colaboração na Rede Tucum, Brasil. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 9(3), 408-434.

Verschoore, J., Prisco, B. H., & Monticelli, J. M. (2023). Desenvolvimento local sustentável: um framework de transformação local alicerçado nas relações sociais em rede. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, 13, 231-255.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, 22(44), 203–220.

Zawiślak, P. A. (2020). Business Models of “New Cooperativism” Organizations as an Instrument of Sustainable Development Stimulation. *Central European Management Journal*, 28(3), 168-195.

Apêndice I – Formulário Semiestruturado (perguntas abertas e fechadas) do Survey

Dados Gerais

1- Qual o seu gênero?

- () Masculino.
- () Feminino.
- () Outro.

2- Qual a sua idade (indicar somente o número de anos completados)?

3- Qual o município e estado da sua iniciativa de TBC (município/sigla do estado)?

4- Qual o nome da comunidade ou localidade onde está situada sua iniciativa de TBC?

5- Quantas pessoas, incluindo você, trabalham na sua iniciativa de TBC (resposta em algarismos arábicos: 1, 2, 3, 4...)?

Dados sobre Cooperativismo

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Preâmbulo: Cooperativismo são processos de associação e colaboração entre pessoas ou instituições com interesses similares, visando obter benefícios coletivos em suas atividades socioeconômicas.

6- Como são realizadas as principais decisões da sua iniciativa de TBC?

- De modo democrático: havendo discussão e deliberação coletiva.
- De modo livre: cada um age de forma isolada e da maneira que bem entender.
- De modo centralizado: com uma pessoa (ou um pequeno grupo) decidindo por todos.

7- Sua iniciativa de TBC interage colaborativamente com outros empreendimentos comunitários?

- Sim.
- Parcialmente.
- Não.

7.1- Caso tenha respondido "Sim", cite em quais aspectos costuma haver colaboração:

7.2- Caso tenha respondido "Parcialmente", cite em quais aspectos costuma haver colaboração:

8- Na sua iniciativa de TBC, como são distribuídos os ganhos econômicos dos produtos ou serviços do turismo?

- Fica integralmente com as pessoas que desenvolveram/realizaram o produto ou serviço turístico.
- Uma parte fica com as pessoas que desenvolveram/realizaram o produto ou serviço turístico e a outra parte é repassada a uma pessoa ou instituição que detém o direito de receber.
- De outra forma.

8.1- Caso tenha respondido "De outra forma", explique como:

9- Você considera que sua iniciativa de TBC tem características cooperativistas, considerando a definição de cooperativismo do preâmbulo deste questionário?

- Sim.
- Parcialmente.
- Não.

9.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê:

9.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:

Dados sobre Desenvolvimento Local Sustentável

Preâmbulo: O Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) é um processo endógeno (com base nos recursos e necessidades locais) que visa gerar benefícios duradouros para a sociedade pelo equilíbrio de várias dimensões territoriais – como a ambiental, a cultural, a econômica, a política e a social.

10- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade ambiental (a exemplo da preservação ou a conservação dos recursos naturais do local)?

- Sim.
 Não.

10.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):

11- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade cultural (como a produção de práticas que remetem às tradições locais)?

- Sim.
 Não.

11.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):

12- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade econômica (como a geração de trabalho e renda para as pessoas da localidade)?

- Sim.
 Não.

12.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):

13- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade política (como dar protagonismo decisório às pessoas da localidade)?

- Sim.
 Não.

13.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):

14- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade social (como impactar no bem-estar da população local)?

- Sim.
 Não.

14.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):

15- Você acredita que sua iniciativa de TBC pode contribuir para a promoção do DLS, considerando a definição de DLS do preâmbulo deste questionário?

- Sim.
 Não.

15.1- Caso tenha respondido "Sim", explique o porquê:

15.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:
